



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



A agenda para juros menores em 2027

Próximo governo precisa criar condições para juros menores, reduzindo o déficit fiscal e os estímulos ao crédito e ao endividamento

Em janeiro de 2025, escrevi que as taxas de juros reais (indexadas à inflação) dos títulos públicos estavam em níveis que não se viam desde a crise financeira de 2009. Passado um ano e meio, os juros reais estão até um pouco mais altos que estavam. Cerca de 7,8% mais o IPCA para um período de 10 anos.

Na comparação com outros países, esse número salta aos olhos. É possível encontrar taxas de juros reais ainda maiores em países com inflação muito alta, como Argentina e Turquia, mas há poucos casos como esses.

A Colômbia, com juros reais em torno de 6%, chega perto. Mé-

xico e África do Sul pagam juros reais inferiores a 5% nos títulos de 10 anos, enquanto no Chile e Uruguai, as taxas estão abaixo de 3%.

Na comparação com o passado, as taxas de juros também estão altas demais. Tivemos taxas de juros parecidas em momentos de grandes crises (a crise internacional de 2009 e a do governo Dilma Rousseff em 2016). Não estamos passando por uma recessão, não há turbulência nos mercados internacionais.

Uma taxa de juros real tão elevada gera diversos problemas.

Juros reais tão altos levam a um rápido aumento da dívida pública. Juros de 7,5% anuais sobre

uma dívida de 80% do PIB geram uma conta para o governo igual a 6% do PIB. Se continuarmos assim por anos, a dívida ficará insustentável.

Além disso, o custo do financiamento de investimentos para empresas grandes acompanha a taxa de juros dos títulos públicos. Assim, juros altos desestimulam o investimento em projetos de longo prazo.

Por isso tudo, essas altas taxas de juros merecem muita atenção dos candidatos nessa eleição. Como vamos chegar em juros mais baixos?

Nos dois primeiros anos de mandato, Lula culpou o ex-presi-

dente do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicado por Bolsonaro. Porém, Gabriel Galípolo, indicado por Lula, assumiu o comando no início de 2025 e os juros até aumentaram. Colocar a responsabilidade no BC não vai funcionar.

O próximo governo precisa criar condições para taxas de juros mais baixas. Há várias maneiras de fazer isso.

A primeira, que está na cabeça de todos, é reduzir o déficit fiscal. Isso reduziria a demanda agregada e as pressões inflacionárias, possibilitando juros menores. Também traria confiança na economia para compradores de títulos longos.

O déficit fiscal leva a juros altos, e os juros altos aumentam o déficit fiscal. Cortar o déficit nos tiraria de um ciclo vicioso.

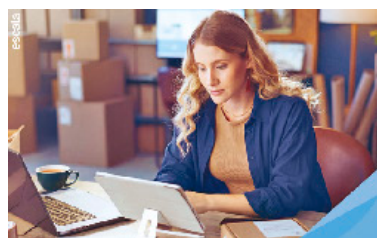
Outras maneiras de criar condições para uma taxa Selic menor passam por reduzir estímulos ao

crédito e ao endividamento.

Temos, no Brasil, programas como o Crédito do Trabalhador, lançado no início de 2025, que estendeu o acesso ao crédito consignado a todos os trabalhadores com carteira assinada. Temos bancos públicos e programas de crédito subsidiado para setores da economia.

Essas iniciativas aumentam o crédito, estimulando a demanda agregada. Para manter a taxa de inflação no nível desejado, o Banco Central aumenta os juros. Se não houvesse esses programas, o BC conseguiria chegar na mesma taxa de inflação com juros menores.

Cabe aos candidatos responder: o déficit vai continuar como está? Quais gastos serão cortados? Quais impostos serão aumentados? Haverá reforma na previdência? Haverá medidas para estimular ou para conter o crédito?



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Safra alcançará 353 milhões de toneladas; Estado deve produzir 37 milhões de toneladas



A produção brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas deve alcançar 353 milhões de toneladas, 2% maior (ou mais 6,9 milhões de toneladas) que a obtida em 2025 (346,1 milhões de toneladas), com aumento de 1,6% (ou mais 5,6 milhões de toneladas) em relação à de junho de 2026, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado nesta quinta-feira.

Segundo o IBGE, a área a ser colhida é de 83,1 milhões de hectares, com aumento de 1,5 milhão de hectares ante a área colhida em 2025, crescimento de 1,8%. Em relação ao mês anterior, a área a ser colhida apresentou declínio de 62.805 hectares (-0,1%).

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo que, somados, representa-

ram 92,9% da estimativa da produção e respondem por 87,4% da área a ser colhida.

Para a soja, a estimativa de produção do instituto foi de 174,9 milhões de toneladas. Quanto ao milho, a estimativa foi de 141,8 milhões de toneladas (29,9 milhões de toneladas de milho na 1ª safra e 111,9 milhões de toneladas de milho na 2ª safra). A produção do arroz (em casca) foi estimada em 11,2 milhões de toneladas; a do trigo, em 6,4 milhões de toneladas; a do algodão herbáceo (em caroço), em 9,2 milhões de toneladas; e a do sorgo, em 5,8 milhões de toneladas.

No que se refere à produção, ocorreram acréscimos de 5,3% para a soja e de 7,6% para o sorgo, bem como decréscimos de 6,7% para o algodão herbáceo (em caroço), de 11,3% para o arroz em casca, de 6,9% para o feijão e de 18,6% para o trigo. Para o milho, houve um crescimento de 59 371 toneladas (0,0%), com aumento de 16,4% para o milho 1ª safra e declínio de 3,6% para o milho 2ª safra).

No Rio Grande do Sul, a safra



PEDRO REVILLION/PALÁCIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO/IC

Com os dados de julho, expectativa é que o Rio Grande do Sul seja o 3º em participação na produção nacional

2026 deve totalizar 37 milhões de toneladas, 14,6% maior que a obtida em 2025 (32,3 milhões de toneladas), um aumento de 4,7 mi-

lhões de toneladas. A área a ser colhida foi calculada em 10,1 milhões de hectares. Com os dados de julho, a expectativa é de que o

Rio Grande do Sul tenha a terceira maior participação na produção nacional em 2026, representando 10,5% do total da safra brasileira.